

PRÁTICAS LETRADAS NA AMÉRICA PORTUGUESA: UMA RESENHA

Leni Ribeiro Leite*

 <http://orcid.org/0000-0001-6600-7692>

Como citar este artigo: LEITE, L. R. Práticas letradas na América portuguesa: uma resenha. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 1-6, set./dez. 2025. DOI: <https://doi.org/10.5935/1980-6914/eLETRE17156>

Submissão: 5 de junho de 2024. **Aceite:** 18 de maio de 2025.

■ **A** obra *As Letras na Terra do Brasil (séculos XVI a XVIII): uma introdução* (440 páginas), organizada por Marcelo Lachat e Jean Pierre Chauvin, e publicada em 2022 pela Ateliê Editorial, apresenta um retrato e um resumo da mudança significativa, que se desenvolveu a partir dos anos 80 do século passado, nos pressupostos que regem a leitura acadêmica da produção letrada engendrada durante os séculos XVI a XVIII no espaço geográfico que viria a ser o Brasil – aquela que costuma ser a menor parte, quando existente, dos cursos de Literatura Brasileira, sob o rótulo de Literatura Brasileira Colonial.

O volume de 440 páginas, em projeto gráfico simples, mas efetivo, apresenta de forma introdutória os principais pontos teóricos que separam essa abordagem (capitaneada por João Adolfo Hansen, mas hoje representada por muitos pesquisadores de renome, tais como Alcir Pécora, Adma Muhana, Ivan Teixeira, Ana Lucia Machado Oliveira, Guilherme Amaral Luz, Fernanda Santos, Caio Esteves de Souza, para além dos que contribuíram com o volume em questão), daquela encontrada, por exemplo, nos livros teóricos e manuais ainda muito utilizados em nossos cursos de Letras, como os de Antonio Candido, Alfredo Bosi e outros.

* Universidade de Kentucky (UK), Lexington, KY, Estados Unidos. E-mail: leni.ribeiro@gmail.com

Esses pressupostos diversos estão claros desde o título: em vez de literatura, optou-se pelo termo “letras”; em lugar de brasileira, temos a “Terra do Brasil”; e o termo colonial foi substituído por uma indicação direta dos séculos em questão. São opções conscientes, problematizadas e explicadas no primeiro capítulo da obra, de autoria dos organizadores, intitulado “Sobre as Letras na Terra do Brasil: conceitos e tempos”, e que é seguido por dez capítulos de outros autores, cada um tratando de um gênero da produção letrada do período, nesta ordem: poesia épica, poesia lírica, poesia satírica, comédia, gramática, gênero epistolar, sermão, narrativa alegórica, gênero histórico e filosofia moral.

O capítulo inicial, de Lachat e Chauvin (2022), é um dos pontos altos do livro, ao apresentar de forma didática e historicamente balizada o ponto de vista teórico que é o fator unificador de todos os capítulos, a saber, a leitura não anacrônica, não teleológica, que busca se afastar de pressupostos de base romântica, da produção letrada vinculada ao mundo luso-americano. A fundamentação teórica das escolhas, desde as já mencionadas acerca do título da obra até a subdivisão das partes, vem largamente explicada, exemplificada e sustentada na introdução. Parte fundamental desse projeto é, conforme os autores, “buscar aquilo que instituiu e que ainda constitui esses textos, revolvendo os vestígios de seus tempos em ruínas à procura de resquícios das *technai* retóricas e poéticas e das matérias elaboradas tecnicamente” (Lachat; Chauvin, 2022, p. 12).

Essa constante volta a um passado em larga escala, que vem da Grécia antiga, passa pela Roma republicana, imperial e tardia, se modifica ainda no longo medievo e continua em mudança no período coberto pelo livro, não deve se confundir com uma busca por raízes, ou “tradição clássica”, ou etapas anteriores mas já ultrapassadas – esse seria um pensamento anacrônico sobre as obras, pois se constrói sobre ideias de revolução, ruptura e progresso que só se consolidaram no século XIX, e que ainda informam muito da prática acadêmica contemporânea, exatamente aquela da qual os autores da obra querem se distanciar. A presença, no primeiro e em quase todos os demais capítulos, de Aristóteles, Quintiliano, Teofrasto, Gracián, Tesauro e outros tantos nomes da teoria e da prática poética e retórica se justifica como instrumental necessário para a leitura de textos que guardam em si os “estratos do tempo” de Koselleck, presentes e funcionando de forma coetânea.

Assim, para o escritor do Setecentos, o diálogo com Homero, Vergílio e Camões se faz de forma presentificada, como autoridades, mas não como estranhos ao campo letrado. Também espacialmente, o campo das letras é feito de continuidades, e não de rupturas – desse modo, a busca por uma prática letrada tipificada como brasileira, porque diferente e separada de Portugal ou da Europa, é um desejo de afirmação nacional alheio à produção do período e que só faz sentido como releitura novecentista, mas que não pertence ao vocabulário e ao diálogo da América portuguesa. Essa difícil discussão teórica, muito bem desenvolvida e sintetizada no capítulo “À guisa de introdução”, já valeria a indicação da obra como leitura essencial nos cursos de Letras nas universidades brasileiras, tanto em nível de graduação como de pós-graduação.

Os dez capítulos seguintes se apresentam, porém, de maneira menos uniforme do que faz pensar a proposta detalhada na apresentação, de “discussões introdutórias sobre importantes gêneros letrados” (Lachat; Chauvin, 2022, p. 7). Vários capítulos desenvolvem de fato uma visão introdutória sobre o gênero em questão, seguida de estudo de um ou mais casos específicos. É o que ocorre, por

exemplo, no capítulo 2, de autoria de Cléber Felipe, sobre épica, outro dos pontos altos da obra, em que uma discussão bastante ampla sobre o gênero epopeia, da Antiguidade ao século XVIII, é seguida por uma análise mais detida de epopeias de naufrágios; o mesmo se dá no capítulo 5, de Wagner Costa, em que as peças de Manuel Botelho de Oliveira são focadas, em especial, após uma ampla explicação sobre o gênero comédia na Península Ibérica, com citações e referências a vários autores e tratadistas antigos e modernos; no capítulo 7, de Emerson Tin, que parte da definição básica de epístola e leva consigo o leitor da Antiguidade ao século XVII, apresentando exemplos significativos para análise; e no capítulo 8, de Marcus de Martini, excelente visão geral do difícil gênero da sermonística, com exemplos retirados do incontornável Antônio Vieira.

Alguns capítulos, porém, não seguem esse formato e acabam, em comparação, deixando o leitor não especialista com lacunas de compreensão, ora por caírem diretamente no gênero ou exemplo em questão, ora por passarem muito rapidamente por elementos e conceitos fundamentais, como é o caso do terceiro capítulo, sobre poesia lírica, muito sucinto, que não oferece ao leitor menos familiarizado uma base teórica adequada para compreender a lírica do período, além de trazer como exemplo autores que não parecem ter ligação de fato com as Terras do Brasil. Em uma possível segunda edição da obra, esse capítulo mereceria maior atenção, dada a vastidão do que se poderia incluir em poesia lírica do XVI ao XVIII e em razão das importantes contribuições críticas que já temos publicadas sobre o tema, tanto da própria autora do capítulo como de outros pesquisadores brasileiros e portugueses, tais como os estudos de Adma Muhana sobre Botelho de Oliveira, de Caio Esteves de Souza sobre Alvarenga Peixoto, ou de Hansen e Pécora sobre a *Fênix Renascida*. Contribuem, ainda, para a impressão de heterogeneidade da obra outras diferenças marcantes entre os capítulos, tais como o tom ensaístico da escrita do capítulo 4, em contraste com a linguagem técnica e elevada do capítulo 6, por exemplo.

Os autores que contribuem na empreitada foram selecionados com precisão, pois quase todos têm larga experiência na leitura de fontes américo-portuguesas, em especial nos seus gêneros de especialidade, com muitas publicações anteriores. Por isso, todos os capítulos enfrentam com honestidade as dificuldades de lidar com uma produção letrada com centralidade na imitação de modelos, na *autoridade* em oposição à originalidade, nos *exempla*, e que só pode ser adequadamente lida a partir da aproximação entre letras e religião, como já demonstrou Pécora em *Teatro do Sacramento*, e letras e política, por se produzir “sob a absoluta ordem do rei e a infalível luz de Deus” (Lachat; Chauvin, 2022, p. 42). Como resultado, há, por vezes, repetição de conceitos e temas entre os capítulos, o que pode tornar a leitura corrida um tanto pesada, mas mantém-se a vantajosa possibilidade de permitir que os capítulos sejam lidos de forma independente e usados em aulas que abordem um ou outro gênero, sendo de fato imprescindível a leitura apenas do primeiro capítulo para melhor compreensão dos demais.

Uma primeira ausência sentida na leitura da obra, porém, é uma definição geral e problematização da própria classificação genérica que guia o volume. Na apresentação, os organizadores afirmam que o livro apresenta discussões sobre “importantes gêneros letrados que circularam na Terra do Brasil entre os séculos XVI e XVII” (Lachat; Chauvin, 2022, p. 7), inseridos nos “cinco grandes

campos das chamadas letras humanas”, a saber: poesia, gramática, retórica, história e filosofia moral. Não se explicitam os critérios para definir a presença ou ausência de gêneros, nem mesmo os limites desses mesmos gêneros, que ora são definidos no decorrer do capítulo correspondente, ora não o são. Pode-se ter a impressão de que esses dez seriam os únicos gêneros possíveis, praticados no recorte temporal e geográfico proposto e teorizados no período. Essa impressão se desfaz já no segundo capítulo, que menciona a epopeia trágica, deixando vislumbrar outras possibilidades de gêneros, ou ao menos de subgêneros. Mesmo quando mencionado no capítulo, o problema da definição dos limites genéricos vem, muitas vezes, atrasado – no capítulo 3, não se enfrenta a questão de definir o que seria de fato poesia lírica, ou que outros tipos de poesia existem, e a menção ao problema, que só ocorre depois de dez páginas, deixa-o como insolúvel, sem repertório ou referência aos tratadistas da época ou discussão sobre a diferença radical entre o que se entende hoje por lírica e o uso do termo em outras temporalidades. O melhor debate sobre o tema vem apenas no capítulo 8, em que Marcus de Martini põe a questão a nu e a desconstrói, ao analisar como categorias românticas predefinem nosso entendimento de gênero literário e propor uma visão diversa. Essa discussão deveria ser parte da introdução, pois sua ausência gera incongruências dentro do próprio livro, já que o capítulo 4 menciona as mesmas categorias de épico, lírico e dramático que de Martini mostra como ineficazes, e o capítulo 9 utiliza as mesmas denominações genéricas românticas sem qualquer questionamento, chamando, por exemplo, certo tipo de narrativa portuguesa um “compromisso mal definido entre o lirismo e a narração” (p. 299).

A principal ausência sentida na obra, porém, diz respeito à desconstrução de um último pressuposto nacionalista ainda usado como régua na leitura e análise de muito da produção letrada das Terras do Brasil – a uniformidade linguística. Essa ausência se dá em duas vertentes: a primeira é o quase total centramento das discussões sobre obras em português, em um apagamento da realidade multilíngue do espaço luso-americano entre os séculos XVI e XVIII. Essa exclusividade do português (com honrosa exceção no capítulo sobre comédia, que escolhe para análise as comédias em espanhol de Manuel Botelho de Oliveira; e das menções, no capítulo 2, de uma epopeia latina, e no capítulo 6 das gramáticas das línguas nativas) ora é explicitamente referida (capítulo 4, p. 106, “satírica produzida em português”), ora passa como dada e natural. O português como língua única foi parte importante dos vários projetos de nação brasileira, sempre com um viés ideológico nacionalista muito forte, de apagamento de identidades outras, e teve nas histórias e formações da literatura brasileira aliadas de valor. É assim que, na obra fundadora de Varnhagen, não há textos em qualquer idioma que não o português, em que pese saber o autor que muitos dos autores por ele selecionados haviam escrito em outros idiomas – em especial latim, espanhol, italiano e línguas nativas. Mas, em um livro que propõe um caminho diverso no acesso à produção letrada do Brasil-antes-de-sê-lo, o reconhecimento e o tratamento do espaço letrado como multilíngue seriam mais afinados com o pressuposto geral da obra. Afinal, já na página 21 traz-se à tona um cabal exemplo desse multilinguismo na obra do já citado Manuel Botelho de Oliveira. A maior parte dos capítulos, porém, glosa esse fato, e a obra como um todo é lusocêntrica, talvez porque os nossos pesquisadores da área de literatura brasileira estejam de fato pouco preparados para lidar com o multilinguismo, dada a forma como a área se estabeleceu historicamente no Brasil e em suas universidades.

Por fim, um conjunto de detalhes técnicos quanto ao tratamento dado por vários autores à bibliografia em línguas estrangeiras, talvez de menor importância, mas que podem impedir o acesso à obra, parece digno de nota. Por um lado, há algumas escolhas bastante estranhas quanto aos idiomas usados em citações. Os principais exemplos são a citação do texto da *Ratio Studiorum* em francês e de Aristóteles em espanhol (p. 151). Considerando que essas obras têm seus originais em latim e em grego, respectivamente, e que ambas contam com boas traduções modernas para o português, o que justificaria o uso de tradução para outro idioma neolatino? Em um primeiro momento, considerou-se a possibilidade de buscar uma leitura mais fidedigna, lendo Aristóteles conforme acessível aos autores do século XVII – afinal, como indica Costa (p. 153), os preceptistas seiscentistas retomam Aristóteles não diretamente, mas “sob as lentes dos tradutores e comentadores quinhentistas”. Mas essa hipótese não se sustenta, pois a tradução dada é do século XX. Por outro lado, para ler o livro completo, de capa a capa, o leitor deve ter fluência de leitura não só em português, mas em latim, espanhol, francês, inglês e italiano, pois há parágrafos inteiros, em citação direta, em todos esses idiomas, sem tradução para o português.

Considerando o meio acadêmico brasileiro, com suas dificuldades de acesso, e considerando principalmente como a obra pode ser útil a alunos de graduação e pós-graduação, a presença de vários trechos em língua estrangeira, por um lado, é uma escolha infeliz, por afastar ou ao menos intimidar o leitor sem familiaridade com tantos idiomas; por outro, é inconsistente, dado que a pouca familiaridade dos pesquisadores de letras américo-portuguesas com as obras e os idiomas antigos que os autores estudados eram capazes de acessar – em especial, o latim – é bastante clara, não só nas citações incorretas no corpo do texto (*in media res*, por *in medias res* ocorre várias vezes; *in ordo naturalis*, um sintagma impossível em latim; ausência do termo *Thesaurus* tornando a indicação *Linguae Latinae* incompreensível; *iucundas* em lugar de *iucunditas*; entre outras), mas em especial nas inadequações de formatação e citação das obras antigas (como exemplo, veja-se a referência a Cícero na página 115, que faz parecer que o tratado *De Oratore* é um poema, com a enigmática indicação livro I, v. 152; a ausência mesmo da indicação de livro e número do poema de Marcial na página 111, fazendo-o difícil de encontrar entre os mais de mil poemas do autor; ou a citação à página, e não à subdivisão da obra, tais como “Aristóteles, *Retórica*, p. 218”, na página 255; ou “*Tristia* Book III, p. 12”, na página 206. Ainda nessa vertente, cumpre observar que, como Hansen, busca-se entender as ruínas do passado a partir de seu campo, é necessário, como aquele pesquisador, ler as obras em confronto com o campo letrado coetâneo. E isso significa considerar que os textos, em especial as traduções, mudam conforme as sociedades. Assim, a Bíblia Sagrada que leu Botelho de Oliveira ou Vieira certamente diferia das edições modernas usadas em vários capítulos. Alguns capítulos lembram ao leitor que muitas das obras compulsadas o foram em traduções, indicando o nome do tradutor nas notas bibliográficas de obras como as de Machiavel e Te-sauro; mas muitos não têm esse cuidado (como p. 255, n. 14).

Em que pesem esses detalhes técnicos, que nos lembram da difícil tarefa a que se propõem esses pesquisadores, não há dúvida alguma do êxito da obra, e de sua importância como sintetizadora de um panorama de vigor para os estudos da produção letrada da América portuguesa. Essa é, portanto, uma obra que deve entrar para a bibliografia fundamental de todos os cursos universitários de Literatura Brasileira.

REFERÊNCIA

LACHAT, M.; CHAUVIN, J. P. (org.). *As Letras na Terra do Brasil (séculos XVI a XVIII): uma introdução*. Cotia, SP: Ateliê, 2022.